

Investigação (inovação) e desenvolvimento sustentável: compromisso com o futuro

_ António Guerreiro de Brito
_ Professor Auxiliar da Universidade do Minho



As questões chave que devem ser equacionadas para promover um desenvolvimento sustentável, ainda que salientem a importância das aspirações actuais devem estar, sobretudo, orientadas para o Futuro, ou seja, para o cenário de representação do mundo que queremos concretizar a longo prazo (por exemplo, até 2100). Existem muitas dúvidas e diferentes tipologias de questões a considerar nesse contexto, como é demonstrado por exemplo pelos Estudos de Base do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável dos Açores (<http://sram.azores.gov.pt/predsa>). As que mais importa discutir são as de foro difuso, cujos contornos evolutivos não são claros. Estilos e valores de vida, modelo de economia pós-industrial, conflitos e segurança internacional, são bons exemplos desse tipo de problemas. Outras questões parecem, pelo contrário, bastante mais simples. É o caso da relação entre a investigação (I&D) e a sustentabilidade dos sistemas socioeconómicos e ambientais que, embora passível de (alguma) discussão não será, em última análise, alvo de grande contro-
vêrsia.

Neste contexto, a interacção entre as actividades de investigação e a **dimensão económica** do desenvolvimento sustentável está há muito demonstrada. De facto, os dados estatísticos evidenciam-na de forma expedita (*e.g.* despesa com actividades de I&D vs. crescimento do PIB). É fácil aceitar esta relação, entendendo que a missão da investigação é a formação de conhecimento inovador – forma mais avançada de concorrência e competitividade – que responde a uma procura da comunidade e que, eventualmente, se concretizará no desenvolvimento de uma tecnologia mais eficiente ou de um novo produto disponível no mercado.

Por outro lado, a eliminação da pobreza verifica-se com maior sucesso em sociedades prósperas, onde as empresas são mais dinâmicas e valorizam a responsabilidade social, dando origem a trabalho e garantindo a auto-estima individual (com influências positivas na produtividade). No entanto, a exclusão social não é apenas concretizada sob a forma de pobreza e, a nível mundial, os diagnósticos são assimétricos (assim como as respectivas

soluções). Neste contexto, se não é totalmente explícita a ligação da investigação à **dimensão social** do desenvolvimento sustentável, também devemos reconhecer que não a nega.

Espera-se, portanto, que as actividades de investigação conduzam a processos e sistemas mais eficientes e possam constituir-se, em última análise, como um contributo para a melhoria da qualidade de vida. Infelizmente, a inadequada gestão desse exercício profissional fomentou, em alguns casos, novos problemas (facilmente identificados ao longo da história da Humanidade). Assim, com uma perspectiva razoavelmente optimista – mas sem menosprezar os perigos e sem procurar diluir alguns erros lamentáveis que foram por esta via originados ao longo dos últimos séculos – podemos admitir que a I&D é uma força motriz para o crescimento socioeconómico e continuará a contribuir para a melhoria do nível de vida das populações.

Por último, importa salientar a relação das actividades de investigação com a **dimensão ambiental** do desenvolvimento sustentável, uma vez que esse pilar será claramente um activo cada vez mais importante no Futuro. É previsível que se tornará desnecessário tomar opções entre, por exemplo, a conservação da biodiversidade e a construção de uma infra-estrutura (pelo que, ao contrário de hoje, se tornará pouco estimulante a respectiva discussão...), ou clamar pela aplicação generalizada do princípio do utilizador/poluidor-pagador. A regulamentação, a tecnologia e a economia são alavancas seguras deste optimismo. A própria I&D na área da engenharia do ambiente tem contribuído para essa perspectiva, ampliando o seu âmbito de acção para além das valências típicas – água, ar, resíduos, solos, conservação da natureza, por exemplo –, reforçando a sua intervenção multidisciplinar em muitos domínios e dinamizando esse movimento de reorientação. Finalmente, é certo que paulatinamente também as questões da protecção ambiental se tornaram intrínsecas a qualquer actividade de investigação.

O que ainda condiciona, então, o quadro estratégico global para o desenvolvimento sustentável? A ameaça reside no facto de, confor-



me já indiciado, todo este conjunto de conceitos poder ser visto como interessante apenas para os (poucos) países que apresentam sistemas socioeconómicos equilibrados e consistentes, cujas preocupações imediatas já não passam apenas pelas questões da sobrevivência das populações ou das actividades de gestão corrente (e que, por isso, apresentam uma maior predisposição para o planeamento a longo prazo). No entanto, o contraste de rendimentos desses para com os restantes países é, não apenas injusto, como potencialmente perigoso. Por isso mesmo, encontrar a solução desse problema pode ser encarada como a grande oportunidade para a acção responsável e solidária nos próximos trinta anos (permitindo eventualmente aos países menos desenvolvidos “saltar” etapas de desenvolvimento e evitar opções que se revelaram contraproducentes ao longo do processo de evolução encetado pelos países actualmente mais desenvolvidos). Aliás, a verdade é que devemos ter consciência que muitos dos problemas mais mediaticamente publicitados e discutidos têm solução e têm que ser ultrapassados, tal como o foram (ou serão) os problemas ambientais de “primeira geração”. Se ressalvamos esta questão, resta uma fraqueza - essa sim de raízes fortes e, provavelmente, a que se revelará decisiva em todos os países. Trata-se da **dimensão institucional** do desenvolvimento sustentável, ou seja, a ligação à participação pública e às formas de governação, aos valores da sociedade, bem como à qualidade e desempenho da administração pública.

Este quarto pilar da sustentabilidade será o factor-chave de desenvolvimento e competitividade também em Portugal. Com efeito, é necessária uma mentalidade empreendedora - na área do ensino e investigação, assim como nos sectores económicos - para que se consigam dar respostas inovadoras ao estímulo para o conhecimento em ciência e tecnologia. Na verdade, parece haver um consenso geral de que a visão estratégica de I&D em Portugal deve, não apenas afectar recursos às instituições de ensino e empresas públicas de investigação mas, também, apoiar esse trabalho nas empresas privadas. Com efeito, importando focar os programas de investigação na resolução de

problemas, esse instinto operacional depende, no essencial, da cultura das organizações e da motivação institucional. Por isso, é necessário desenvolver critérios de selecção para as melhores instituições, construir massa crítica que fomente as competências em rede e, assim, contribuir para que o esforço e grau de profundidade científica possa resultar em mais valias individuais e colectivas. Julga-se assim que o alcance das actividades de investigação poderia ser potenciado se fosse encarado como objecto das (agora tão referidas) parcerias público-privadas.

Neste sentido, importa reconhecer que o esforço em investigação no sector privado tem uma importância bem maior do que aquela que lhe tem sido concedida em Portugal e, tendo ainda uma expressão incipiente, representa uma fraqueza que importa ultrapassar quanto antes. Nesse quadro, adaptam-se os conceitos defendidos por Richard Bendis ao indicar três prioridades para o reforço do conjunto investigação-inovação-competitividade no (muito) curto prazo:

- estimular os investimentos privados em empresas de elevado risco (*start-up*) e a expansão de fundos de capital de risco;
- apoiar a investigação e a inovação tecnológica privada em empresas por via de benefícios fiscais, atribuindo parte da responsabilidade de gestão a entidades/associações de base industrial sem fins lucrativos (exemplo da COTEC);
- apoiar empresas *spin-off* de instituições de ensino e investigação (universidades, institutos politécnicos e escolas de formação profissional), de forma a incentivar a disseminação do conhecimento.

O esforço em investigação tem como retorno a Sustentabilidade. Nele reside, portanto, um dos maiores desafios (e esperanças) para o Futuro.

Agradecimentos

O autor agradece ao engenheiro Sérgio Costa da SIMBIENTE - Engenharia e Gestão Ambiental, Lda. (*spin-off* da Universidade do Minho) as muitas conversas ocorridas antes da escrita deste texto.